

Ano 4, Vol. IV, Número 2, Jul-Dez, 2020, p. 697-714.

CURRÍCULO E AVALIAÇÃO: ABORDAGEM EM TORNO DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO GERAL EM MOÇAMBIQUE

Brain Tachiua

Machaia Mualaca

RESUMO: O presente artigo intitulado “Currículo e Avaliação: Abordagem em torno do Sistema de Avaliação do Ensino Secundário Geral em Moçambique” com o objetivo de apresentar outras formas de avaliação para o Ensino Secundário Geral, no sentido de diversificar os instrumentos de avaliação, e se recorreu aos métodos bibliográfico e de análise de conteúdos para a materialização do artigo. Os instrumentos propostos no PCESG são os portfólios, visitas de estudo, trabalhos de pesquisa, relatórios, debates, seminários, palestras, etc, isto no sentido de não se limitar a atividade avaliativa aos “tradicionais” testes/provas escritas, que muitas vezes não refletem o real progresso dos alunos. Por isso, para o sistema avaliativo do Ensino Secundário Geral moçambicano sugere-se a diversificação dos instrumentos de avaliação para permitir que os alunos tenham maior participação na mobilização, pesquisa e articulação de conhecimentos e sejam capazes de construir reflexões próprias.

Palavras-Chave: Currículo, avaliação e ensino secundário geral moçambicano.

Abstract

This article, *Currículo e Avaliação: Abordagem em torno do Sistema de Avaliação do Ensino Secundário Geral em Moçambique* aims to present other forms of assessment for general secondary education in the extent of expanding the tools. It were used bibliography method and content analysis for the production of this article. The proposed gadgets are portfolios, studying visits, essays, reports, debates, seminaries, cause series, etc. in the sense of avoiding to stuck on the “former” assessment activities, such as written tests which many times do not reflect students’ progress. For that reason, it is suggested broadening tools for assessment in Mozambican general secondary education evaluation system, in order to enable students to participate actively in researching and production of knowledge, so that they develop their critical thinking.

Keywords: Curriculum, assessment and general secondary education in Mozambique.

Introdução

Quando se fala sobre o currículo no sistema de ensino, logo ressalta o aspeto avaliação como um dos aspetos mais discutidos e problematizados. Currículo que é usado, num sentido amplo e abrangente para “tocar” as várias atividades educacionais por meio das quais os conteúdos são mediados, bem como os materiais usados, os métodos utilizados e as estratégias de implementação. Enfim, currículo também é definido por alguns estudiosos como um modelo organizado do programa educacional da escola e descreve a matéria, o método e a ordem do ensino – o que, como e quando se ensina.

Assim, para a materialização de um currículo, a avaliação deve estar sempre presente, visto que a mesma é que vai ajudar ao professor, aos alunos e aos pais e encarregados de educação, ou seja, a escola como um todo a verificar se os resultados das atividades desenvolvidas pelos alunos correspondem aos objetivos definidos pelo programa. Na organização do sistema avaliativo para se acompanhar, medir e melhorar o desempenho na aprendizagem, distinguem-se três tipos de avaliação: a diagnóstica, formativa e sumativa.

Desta feita, este artigo tem como tema “Currículo e Avaliação: Abordagem em torno do Sistema de Avaliação do Ensino Secundário Geral”, com o objetivo de apresentar outras formas de avaliação para o Ensino Secundário Geral Moçambicano, no sentido de diversificar os instrumentos de avaliação. Neste contexto, apresenta-se como problema, o fato de no Ensino Secundário Geral Moçambicano os professores recorrem, quase que “exclusivamente” aos testes escritos, daí levanta-se a seguinte questão: *será que o recurso, apenas, aos testes escritos – Avaliação de Controlo Sistemático e Avaliação de Controlo Parcial - (ACS e ACP) contribui para a avaliação mais completa dos alunos?*

Relativamente à justificativa, importa salientar que, como se destacou anteriormente, os professores recorrem muitas vezes “apenas” às provas escritas, em alguns casos por mero défice de criatividade e outras vezes por “desconhecimento” de outros instrumentos de avaliação, esta última situação está relacionada com a falta de

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

leitura do próprio Plano Curricular do Ensino Secundário Geral (PCESG), onde já vêm propostos outros instrumentos para diversificar atividade avaliativa. Outro aspeto que tem condicionado à diversificação de instrumentos de avaliação nas escolas secundárias em Moçambique tem sido a carga horária muito reduzida para determinadas disciplinas, uma vez que muitos dos instrumentos propostos exigem, para a sua execução eficiente, muito tempo e são realizadas fora da sala de aulas.

Neste âmbito, as hipóteses para este artigo estão relacionadas com o défice de criatividade do professor na diversificação dos instrumentos de avaliação aliada ao tempo reduzido de permanência dos alunos na escola.

Quanto à tese, defende-se a diversificação de instrumentos de avaliação no Ensino Secundário Geral (ESG), uma vez que no PCESG, faz-se alusão, para além das “tradicionais” provas escritas, há outros instrumentos como as visitas de estudo, trabalhos de pesquisa, relatórios, palestras, debates, seminários, projetos, portfólios, entre outros. Porém, neste artigo, se defende a potenciação dos seguintes instrumentos de avaliação: portfólios, visitas de estudo e seminários, entretanto os mesmos devem ser usados de forma consistente com a prática pedagógica diária e com as especificidades de cada disciplina, tendo em conta o contexto e o tempo.

Para este trabalho, a metodologia usada é o método bibliográfico, onde foi feita a leitura de várias obras relacionadas com a problemática do currículo e avaliação. Outro método foi o de análise de conteúdos, onde fez-se a análise do sistema de avaliação do PCESG – 2007 relacionando-o com os conceitos de currículo e avaliação.

Assim, o artigo está estruturado da seguinte maneira: primeiro a *introdução*, onde apresenta-se o tema, os objetivos, o problema, a justificativa, as teses, as hipóteses e as metodologias; Capítulo I - Currículo e Avaliação: Abordagem em Torno do Sistema de Avaliação do Plano Curricular do Ensino Secundário Geral em Moçambique, onde se problematizam os conceitos de currículo e avaliação; Capítulo II - Diversificação de Instrumentos de Avaliação no Plano Curricular do Ensino Secundário Geral em Moçambique e, finalmente, destaca-se o Capítulo III - Considerações Finais.

I. Currículo e Avaliação: Abordagem em Torno do Sistema de Avaliação do Plano Curricular do Ensino Secundário Geral em Moçambique

1.1. Currículo

Atualmente a discussão sobre o sistema curricular nacional tem sido prática comum entre os interessados na matéria, professores, alunos, especialistas de Educação/Currículo e a sociedade civil, daí interessa nesta fase do trabalho apresentar a problematização do conceito de currículo.

Para iniciar com a problematização acima sugerida, se destaca a posição de Lewy (1979, p.6) que afirma que o currículo é termo usado muitas vezes para designar o programa de uma determinada matéria e de uma determinada série, o programa de uma dada matéria para um ciclo inteiro ou mesmo para todos os ciclos. Mais adiante, o autor supracitado destaca que o termo currículo é algumas vezes usado num sentido mais amplo para abranger as várias atividades educacionais por meio das quais o conteúdo é transmitido, assim como os materiais usados e os métodos empregados.

Por isso que no Relatório da BIE – UNESCO (2006) é vincada a ideia de que um processo sistemático do desenvolvimento/melhoria do currículo pode ser concebido para o sistema de ensino no seu conjunto ou para ciclos de aprendizagem e/ou para campos curriculares específicos.

De outro modo, o currículo é “como uma praxis antes que um objeto estático emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias dos aprendentes, que tão pouco se esgota na parte explícita do projeto de socialização cultural nas escolas” (SACRISTÁN, 2000, p.15). Deste modo, ao se definir o currículo repara-se para a concretização das funções da própria escola e a forma particular de enfocá-las num momento histórico e social determinado, para um nível ou modalidade de educação, numa trama institucional.

Ainda em torno da problematização do currículo, importa parafrasear Ribeiro (1996, p.11-12) que identifica currículo com o elenco e sequência de matérias ou disciplinas propostas para todo o sistema escolar, um ciclo de estudos, um nível de escolaridade ou um curso, visando a graduação dos alunos nesse sistema, ciclo, nível ou curso. É a partir deste tópico que o currículo se confunde com o plano de estudos, consistindo este num conjunto estruturado de matérias de ensino com peso relativo diverso, o qual se traduz na distribuição variada de tempos letivos diários e semanais de unidades de crédito a cada uma das disciplinas que fazem parte de tal plano de estudos. Como se observa, o currículo é entendido como um sistema rigorosamente estruturado nos programas, englobando várias, se não todas as experiências de aprendizagem proporcionadas pela escola.

Paralelamente ao destacado, pode-se afirmar que o conceito de currículo é bastante ambíguo, em virtude de cada um o definir como melhor o convier, é neste contexto que o currículo também é entendido como aquilo que, em todos os domínios, se espera que a escola faça aprender aos que a frequentam, assim, Marques e Roldão (1999, p.24) sintetizam no seguinte:

- a) A escola deixou de servir predominantemente uma parte da sociedade, oferecendo à larga maioria apenas níveis elementares de literacia, para se converter numa instituição ao serviço do acesso de todos a um bom nível educacional – aliás um direito democrático que urge efectivar, mas também um elemento indispensável ao próprio equilíbrio social e ao desenvolvimento económico das sociedades.
- b) As sociedades tornaram-se cada vez mais complexas, urbanas e multiculturais, por força da história recente e da circulação cada vez maior de pessoas, informação e interesses económico-políticos. Assim, os cidadãos que à escola cabe educar constituem-se em públicos diversificados, com o inevitável acréscimo de potenciais tensões – impensáveis e impensadas num passado relativamente próximo.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. **ISSN 2594-8806**

- c) Os saberes e a informação, outrora em larga medida encapsulada nos saberes escolares, são hoje infinitamente mais vastos, mutáveis e acessíveis por múltiplas vias.
- d) O currículo escolar – no sentido daquilo que à escola cabe fazer aprender a todos – atravessa uma mudança decorrente das anteriores.

Se entende com a informação acima que, o que se ensina e se aprende na escola vai para além do que vem plasmado nos planos curriculares, como afirma Santomé (1993, p126) “o que se ensina e o que se aprende na instituição escolar não se torna imediatamente evidente quando examinamos o fluxo diário de acontecimentos nas salas de aula. Os [alunos] que procedem de diferentes contextos culturais e económicos respondem de maneira diferente aos pedidos de trabalho das professoras e professoras. Também estes trazem concepções culturais e sociais que influem na rotina diária e nas práticas de ensino”.

Portanto, quando se faz alusão ao currículo no setor de educação é indispensável abordar-se a questão de avaliação, visto que ela permite ao professor, aluno e pais e/ou encarregados de educação a tirar conclusões sobre os resultados obtidos ao longo de um determinado conteúdo, disciplina ou ano e também permite apoiar o processo educativo de modo a se alcançar o sucesso no aprendizado. É neste âmbito que a seguir vai-se destacar aspetos inerentes à avaliação no Processo de Ensino e Aprendizagem (PEA).

1.2. Avaliação

Como se referiu anteriormente, quando se fala do currículo é imprescindível destacar o papel da avaliação, pois é um instrumento a ser usado na construção ou desenvolvimento do modelo de atuação escolar, com o objetivo de permitir ao professor, aluno e pais e encarregados de educação a tirar conclusões dos resultados obtidos para o trabalho pedagógico e também apoiar o processo educativo de modo a sustentar o sucesso do mesmo.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. **ISSN 2594-8806**

Associado aos objetivos da avaliação sugeridos acima, Estrela e Rodrigues (1994, p.28) definem a avaliação como julgamento, valoração, no sentido em que ela não tem significação fora da relação com um fim. Observa-se nesta definição a avaliação como um julgamento, logo como uma etapa que deve estar inteiramente associada com um fim último na escola. Reforçando a informação anterior (AMOR, 2006, p.145) diz que a avaliação constitui um elemento fundamental no currículo e, reconhecidamente, uma peça decisiva na sua manutenção ou transformação.

Prosseguindo com a sua dissertação sobre a conceitualização da avaliação, Amor (op. Cit., p.144) declara que:

Correspondendo a uma das macro-funções cometidas ao professor, no exercício de toda a sua actividade, a avaliação é um domínio em que, com facilidade, se instalam rotinas de sobrevivência, facilitadoras das tarefas, mas redutoras da qualidade dos juízos produzidos, e se reforçam concepção que vão marcar toda a acção docente.

Aqui, ressalta-se a figura do docente como um dos elementos importantes no sistema de avaliação, no sentido do mesmo evitar tornar a avaliação num momento de tortura psicológica do aluno, para tal deve evitar testes ou provas rotineiras. Por isso, (LUCKESI, 2003, p.17) sublinha que:

A avaliação da aprendizagem escolar, além de ser praticada com uma tal independência do processo ensino-aprendizagem, vem ganhando foros de independência da relação professor-aluno. As provas e exames são realizados conforme o interesse do professor ou do sistema de ensino. Nem sempre se leva em consideração o que foi ensinado. Mais importante do que ser uma oportunidade de aprendizagem significativa a avaliação tem sido uma oportunidade de prova de resistência do aluno aos ataques do professor.

Desta feita, sendo a avaliação um momento delicado do Processo de Ensino e Aprendizagem, muitos professores acabam por ser a peça fundamental do processo em detrimento dos alunos, avaliando o que lhes convier, muitas vezes para mostrar aos alunos a sua autoridade dentro da sala de aulas. Não poucas vezes, os professores avaliam os alunos com os “tradicionais” testes escritos, ignorando outras modalidades¹ de avaliação propostas no Plano Curricular do Ensino Secundário Geral, que serão destacadas posteriormente.

Contrariamente ao exposto, Rebelo (2004:13) afirma que avaliar no contexto escolar é mais do que aplicar um teste, uma prova, fazer uma observação, procedimentos estes que se têm verificado nas nossas escolas. O essencial é mais do que saber se o aluno merece esta ou aquela nota, este ou aquele conceito, mas fazer da avaliação um instrumento auxiliar de um processo de conquista de saberes e conhecimentos.

Relativamente à abordagem sobre o privilégio aos testes na prática avaliativa nas nossas escolas, Roldão (2008, p.45) frisa que a avaliação (o teste, a ficha, o que quer que seja) vive por si nas nossas escolas, comanda largamente os seus ritmos, e constitui uma entidade respeitada na cultura escolar, mesmo que pouco ou nada tenha a ver com o que se ensinou e se afirmou que deveria ser aprendido. Segue, sim, expresso na lógica quase exclusiva da pergunta-resposta, a sequência – e não o uso – dos ditos conteúdos.

Ao se fazer referência a avaliação no contexto escolar, é importante realçar as modalidades de avaliação, assim designadas no Boletim da República I Série – Número 02 – 2006, nomeadamente: avaliação diagnóstica, avaliação formativa e avaliação sumativa.

Assim, *avaliação diagnóstica* é aquela que é realizada no início de cada módulo para testar a existência de pré-requisitos ao desenvolvimento de conteúdos. No que concerne à esta modalidade, Luckesi (2003, p.82) afirma que não se propõe e nem existe de uma forma solta e isolada. É condição de sua existência a articulação com uma

¹Seminários, visitas de estudo, palestras, relatório, debate e portfólio.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

concepção pedagógica progressista, enfim ela deve ser um instrumento auxiliar da aprendizagem e não um instrumento de aprovação ou reprovação dos alunos.

Como se constata, a avaliação diagnóstica deve ser planejada de forma rigorosa para que de fato concretize os seus objetivos que passam por verificar os pré-requisitos e posterior proposta para superar as dificuldades. Entretanto, esta modalidade de avaliação tem sido menosprezada nas nossas escolas, visto que são muito poucos os professores que pautam por avaliar diagnosticamente, e os que avaliam têm sido muito superficiais, ou seja, cumprem apenas para ir ao encontro do preconizado nos planos curriculares.

No que concerne à *avaliação formativa* destaca-se que a mesma tem o carácter sistemático e contínuo, na qual intervêm essencialmente o professor e o aluno, nesta tem sido usados como instrumento principal os testes ou provas escritas, deixando de lado outros instrumentos de avaliação como portfólio, relatório, palestra, seminário, entre outros propostos no Plano Curricular do Ensino Secundário Geral. Para (HADJI, 2001, p.21), a avaliação formativa implica, por parte do professor, flexibilidade e vontade de adaptação, de ajuste. Este é sem dúvida um dos únicos indicativos capazes de fazer com que se reconheça de fora uma avaliação formativa: o aumento da variabilidade didática. Uma avaliação que não é seguida por uma modificação das práticas do professor tem poucas *chances* de ser formativa (op. cit.).

É de realçar o fato de a avaliação formativa dar a oportunidade ao aluno, a partir das várias intervenções, corrigir e melhorar o seu desempenho, pois com esta modalidade de avaliação, o aluno dispõe de tempo e instrumentos que lhe permitem identificar insuficiências do seu trabalho.

Relativamente à *avaliação sumativa*, pode-se destacar o plasmado no Boletim da República de Moçambique, I Série – Número 02 – 2006, onde se afirma que a mesma tem lugar no final de cada módulo com a intervenção do professor e dos alunos, ou no momento da conclusão do conjunto de módulos de cada disciplina, através de reunião de conselho de turma. Neste prisma, o Plano Curricular do Ensino Básico (2003, p.72), considera que a avaliação sumativa se efetua, geralmente, para se fazer um balanço de uma parte significativa de um programa de estudo, de um semestre ou de um ano, realiza-

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

se através de exames, de perguntas sobre o conjunto de um curso e apresenta caráter oficial dando lugar às classificações, às notas, que são comunicadas aos pais/encarregados de educação ou servem para a certidão de estudos.

Neste contexto, Roldão (2008, p.43) aponta o impacto da avaliação sumativa, nos seguintes termos:

... a avaliação continua a se associar largamente ao teste ou testes finais de um ciclo de matéria, com o fim sumativo de ver o que os alunos tinham aprendido, para operacionalizar a sua certificação em termos de nota de classificação, continua a ser o esquema efectivo de avaliação predominante. A introdução de outras formas de avaliação, dita formativa, ao longo do processo, assimilou quase sempre a mesma finalidade da avaliação sumativa, só que parcelada em segmentos de matérias mais pequenos...

Observa-se que na avaliação sumativa também se dá primazia a testes escritos como o elemento de medição do grau de aprendizado dos alunos, mais uma vez, como se afirmou anteriormente, os outros instrumentos de avaliação também são relegados à um plano secundário nesta modalidade de avaliação, onde a sua tradução se faz utilizando a escala de zero (0) a 20 (vinte) valores. Por isso que Pacheco (2001, p.206) considera que apesar da existência de formas incipientes de avaliação formativa e contínua, a avaliação sumativa é sempre a modalidade que mais importância escolar recebe, onde a questão dos valores é privilegiada.

Enfim, Guerra (2002) citado por Roldão (2008, p.84) sintetiza que na escola avalia-se muito e muda-se pouco. Logo, algo falha, alguma coisa não está bem. Porque se a avaliação servisse para aprender, evitaria a repetição dos erros e favorecia a melhoria das práticas. Se apenas servir para medir, classificar e seleccionar, se repetem as falhas. Estas falhas são muitas vezes derivadas do défice do professor na diversificação das formas de avaliação no ensino secundário geral moçambicano.

II. Diversificação de Instrumentos de Avaliação no Plano Curricular do Ensino Secundário Geral Moçambicano

Depois de se ter feito alusão aos aspetos inerentes ao Currículo e Avaliação no sistema escolar, nesta fase vai-se fazer a análise ao sistema de avaliação proposto no Plano Curricular do Ensino Secundário Geral de 2007, focalizando os outros instrumentos de avaliação, para além das “tradicionalistas” (provas/avaliações escritas).

Quando se fala de avaliação no ensino secundário, destaca-se no PCESG (2007, p.81):

A perspectiva de avaliação no Ensino Secundário Geral (ESG) deverá ser formativa e abrangente, no sentido de, por um lado, utilizar formas diversificadas para obter a imagem do progresso feito e, por outro, ser contínua e sistemática. Neste contexto, é importante que se promova na escola o acompanhamento do progresso dos alunos através de acções conjugadas entre os professores das diferentes disciplinas.

Destaca-se o papel dos professores e professoras na mediação do processo avaliativo, assim para que o mesmo tenha êxito, eles devem estar formados e qualificados. Também, os professores devem ser criativos, no sentido de diversificar os instrumentos de avaliação, pois muitos se apegam “cegamente” aos testes/provas escritas como afirma Luckesi (2003, p.122) muitos docentes cumprem o seu papel mecanicamente, sem investir o necessário para que os resultados de sua atividade sejam significativos. O cumprimento mecânico da atividade docente serve muito pouco para um efetivo aprendizado e o conseqüente desenvolvimento do educando. Para além da criatividade, pode-se falar da falta de formação de alguns professores do ensino secundário, visto que muitos são formados para o ensino primário e só agora (na atualidade) é que estão a frequentar o ensino superior.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

Abordando concretamente sobre os instrumentos de avaliação se salienta o preconizado no Boletim da República de Moçambique, I Série – Número 02 – 2006, onde se destaca que compete aos professores/formadores desenvolverem e utilizarem os instrumentos de avaliação que considerem adequados a cada disciplina, módulo ou atividade de aprendizagem, para além dos instrumentos constantes nos documentos normativos nacionais de avaliação, onde os professores/formadores deverão, ainda, utilizar uma diversidade de outros instrumentos em função do tipo de informação que pretendam e do tempo de que disponham para recolher, nomeadamente: portfólios de aprendizagem, relatórios, grelha de observação direta, teste/provas, entre outros.

Relativamente ao mesmo assunto, no PCESG (2007, p.81) se faz menção ao fato de na avaliação formativa nenhum instrumento poder ser considerado exclusivo. Neste sentido, os instrumentos a serem usados deverão ser consistentes com a prática pedagógica diária, com as características dos alunos e com a abordagem de ciclo como um bloco de aprendizagem. Assim, é importante considerar as visitas de estudo, pequenos trabalhos de pesquisa, relatório, palestra, debate, seminário, portfólio, entre outros instrumentos de avaliação como uma contribuição necessária para o aprendizado.

Neste âmbito, se apela para a diversificação dos instrumentos de avaliação por parte do professor(a), deixando de privilegiar exclusivamente os testes escritos (avaliação escrita). Entretanto, o maior constrangimento para a aplicação eficiente dos outros instrumentos nas nossas escolas tem sido a carga horária e o tempo de permanência reduzida dos alunos na escola, senão veja-se, no ensino secundário geral, os alunos ficam apenas entre 4 a 5 horas na escola, o que acaba por condicionar a atividade do professor inerente à aplicação de outros instrumentos de avaliação, isto, nalgumas vezes aliada à fraca qualificação psicopedagógica dos professores.

Posto isto, vai-se destacar de forma sumária os outros instrumentos de avaliação que podem ser potenciados no Ensino Secundário Geral durante o aprendizado, com o intuito de melhorar cada vez mais a qualidade de ensino, nomeadamente: portfólio, relatório e visita de estudo.

2.1. Outros Instrumentos de Avaliação: Portfólio, Relatório e Visita de Estudo

Dentre os instrumentos de avaliação propostos no sistema de avaliação no PCESG destacam-se: portfólio, relatório e visita de estudo. Entretanto, os pequenos trabalhos de pesquisa e as palestras têm sido usados nas escolas secundárias, mesmo de forma leve e incipiente, pois são atividades muitas vezes improvisadas, apenas para “cumprir com o programa”.

O *portfólio* é definido no Dicionário Wikipédia² como um conjunto de material acumulado pelo desenvolvimento de um conjunto de ações de sucesso voltado ao melhor resultado de uma pesquisa ou de um trabalho. O uso de portfólio na educação constitui uma estratégia que tem procurado corresponder às necessidades de aprofundar o conhecimento sobre a relação ensino e aprendizagem, de modo a assegurar-lhe a melhor compreensão e mais elevados índices de qualidade escolar.

Para Villas Boas citado pelo Dicionário Wikipédia o portfólio é um procedimento de avaliação que permite aos alunos participar da formulação dos objetivos do seu aprendizado e avaliar o seu progresso, eles são, portanto, participantes ativos da avaliação, selecionando as melhores amostras de seu trabalho para inclui-las no portfólio.

Este instrumento estimula o desenvolvimento reflexivo dos alunos e promove a originalidade e criatividade individuais no que se refere aos processos de intervenção educativa. Para se recorrer a este instrumento de avaliação não são necessários valores monetários, mas a criatividade do professor e o seu comprometimento com a profissão docente.

Quanto ao *relatório* importa salientar que, este instrumento é muito pouco usado nas nossas escolas, apesar do mesmo ser muito importante na avaliação formativa, pois envolve a investigação e pesquisa. É neste contexto que Rei (1995, p.183) afirma que relatório é a declaração formal dos resultados de uma pesquisa feita por alguém, que em relação a ela recebeu instruções de um outro, sob a forma de pedido ou ordem. Exige

²Dicionário Wikipédia, enciclopédia livre, pesquisado as 14.59min, 15.04.2020

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

estudo prévio e aprofundado, elevado grau de elaboração e matéria para apreciação e decisão superiores.

Por sua vez, Nascimento e Pinto (2006, p.164-165) concordam com a definição acima, afirmando que relatório é um documento que apresenta uma exposição de fatos observados por ordem ou pedido de alguém com estatuto para ordenar ou solicitar algo para ser feito. Um relatório pode incidir sobre um leque variado de matérias e situações: uma visita de estudo, um acidente, entre outras.

Para a implementação com sucesso deste instrumento de avaliação (relatório) é importante a formação e qualificação adequada dos professores, para variar o grau de exigência de acordo com o nível dos alunos (8^a a 12^a classes/ 8^a a 12^a séries).

Outro instrumento de avaliação que pode ser usado de forma eficiente e mais visível no ensino secundário é a *visita de estudo*, que é postulada no Dicionário Wikipédia³ como sendo uma das estratégias que mais estimula os alunos dado o caráter motivador que constitui a saída do espaço escolar, isto é, a possibilidade de se sair da escola para outros espaços/ambientes. A componente lúdica que envolve, bem como a relação professor e aluno e vice-versa que propicia, leva a que estes se empenhem na sua realização. Contudo, a visita de estudo é mais do que um passeio, constitui uma situação de aprendizado que favorece a aquisição de conhecimentos, proporciona o desenvolvimento de técnicas de trabalho, facilita a sociabilidade.

Este instrumento é pouco usado nas escolas moçambicanas, pois é tido como muito caro, mas com um pouco mais de criatividade por parte do professor pode ser implementado com sucesso. A visita de estudo não implica, necessariamente, viagens para fora da cidade ou longe da escola, a mesma pode ser feita dentro ou em instituições ou locais que estejam próximos da escola, para não se gastar dinheiro e se aproveita promover a redução de despesas econômicas e financeiras da escola e/ou de todos envolvidos.

³Dicionário Wikipédia, enciclopédia livre, pesquisado no dia 15.08.2012

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. **ISSN 2594-8806**

Portanto, para se realizar a visita de estudo tem que se ter em conta a faixa etária dos alunos, por que depende muito do que vão visitar, deve-se ter em conta os objetivos que se pretendem alcançar e acima de tudo, na sua preparação e organização, os professores devem definir o tipo de visita, visto que a escolha tem implicações no material a preparar e nos produtos a realizar. Tudo bem planejado e coordenado acaba tendo os melhores resultados para os alunos, professores e para a escola no geral.

III. Considerações Finais

As teorias curriculares apresentam a avaliação como um elemento chave para o desenvolvimento de todo um processo, principalmente na escola. Por isso, no contexto curricular moçambicano, é que se produz o plano curricular como um documento oficial, onde estão elencados os objetivos, as características da escola e das salas de aulas e também as propostas de avaliação de maneira a orientar a prática educativa escolar, mas prevendo as várias situações na sua aplicação.

Neste sentido, se destaca que o currículo consiste na proposta educativa ideal de uma determinada sociedade tendo em conta as suas expectativas. Na elaboração do currículo, o professor e a sociedade devem ser envolvidos, para que o mesmo represente os interesses e necessidades educativas de toda uma sociedade. Relativamente ao professor é para que este se sinta parte integrante do processo e se identifique com o currículo na sua implementação.

Assim, como se afirmou anteriormente, a avaliação está sempre presente nos currículos escolares, pois ela, como parte integrante do processo de ensino e aprendizagem, deve ser uma atividade contínua visando verificar até que ponto os objetivos previamente definidos nos programas estão sendo cumpridos de modo a se decidir, muito cedo, sobre as alternativas metodológicas com vista a melhorar o desempenho do professor ou dos alunos.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. **ISSN 2594-8806**

Entretanto, para o sistema avaliativo do Ensino Secundário Geral moçambicano aconselha-se a diversificação dos instrumentos de avaliação para permitir que os alunos tenham maior participação na mobilização, pesquisa e articulação de saberes e conhecimentos e sejam capazes de construir reflexões próprias. Os outros instrumentos propostos no Plano Curricular de Ensino Secundário Geral (PCESG) são os portfólios, visitas de estudo, trabalhos de pesquisa, relatórios, debates, seminários, palestras, entre outros, isto no sentido de não se limitar a atividade avaliativa aos “tradicionais” testes/provas escritas, que muitas vezes não refletem o real progresso dos alunos.

Importa salientar que estes instrumentos de avaliação têm sido pouco usados nas escolas moçambicanas, porque muitos professores consideram-nos muito complexos ou dispendiosos, aliado também à fraca criatividade dos mesmos. Outro fator que tem condicionado o recurso aos outros instrumentos de avaliação é a carga horária do ensino secundário, visto que os alunos têm um tempo de permanência na escola muito reduzido que não vai para além de cinco (5) horas letivas diárias, aliada ao número elevado de disciplinas (13 para 1º ciclo e 10 para 2º ciclo/ ensino fundamental e médio).

Finalmente, se destaca neste pesquisa que *Portfólio, Relatório e Visita de Estudo* são os instrumentos de avaliação a serem usados, na realidade escolar de Moçambique, estes deverão ser consistentes com a prática pedagógica diária, com as características dos alunos e com a abordagem de ciclo/série como um bloco de aprendizado necessário, tendo em conta o tempo estipulado para cada atividade e o contexto do aprendizado, de modo a ser eficaz e eficiente dentro das teorias pós-críticas, uma vez que necessitam de um trabalho articulado e integrado, debatido e partilhado entre o aluno e o professor e vice-versa para o sucesso da educação escolar moçambicana no ensino secundário geral.

Referências Bibliográficas

AMOR, E.. **Didáctica do Português: Fundamentos e Metodologias**. 6ª ed. Lisboa: Texto Editores, 2006.

BIE – UNESCO. **Relatório sobre a Análise e Inovação Curriculares da Educação para todos na África Sub-Sahariana e Luta Contra a Pobreza**. 2006.

Boletim da República de Moçambique. I Série – Número 02 – 2006.

Disponível em: www.dicionário-wikipédia, enciclopédia livre. Pesquisado em, 15/04/2020.

ESTRELA, A. & RODRIGUES, P. **Para uma Fundamentação da Avaliação em Educação**. Lisboa: Edições Colibri, 1994.

HADJI, Charles. **Avaliação Desmistificada**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

LEWY, A.. **Avaliação de Currículo**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1979.

LUCKESI, C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 15ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

PACHECO, J. A.. **Currículo: Teoria e Praxis**. Porto: Porto Editora, 2001.

Plano Curricular do Ensino Básico. Maputo: INDE, 2003.

Plano Curricular do Ensino Secundário Geral. Maputo: INDE, 2007.

REBELO, E. H. **Avaliação: Novos Tempos, Novas Práticas**. 7ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

REI, J. E.. **Curso de Redacção II**. Porto: Porto Editora, 2005.

RIBEIRO, A. C.. **Desenvolvimento Curricular**. 6ªed. Lisboa: Texto Editora, 1996.

ROLDÃO, M. C. **Gestão do Currículo e Avaliação de Competências**. 5ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 2008.

SACRISTÁN, J. G. **O Currículo: Uma Reflexão sobre a Prática**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOMÉ, J. T.. **O Currículo Oculto**. 3ª ed. Porto: Porto Editora, 1993.

Recebido: 29/7/2020. Aceito: 30/7/2020.

Autores:

Brain Tachiua - Docente e pesquisador da Faculdade de Letras e Humanidades da Universidade Licungo – Moçambique. Doutorando em Ciências da Educação na Especialidade de Literacias na Universidade do Minho – Portugal.

E-mail: braindanieltachiua@gmail.com

Machaia Mualaca- Docente e pesquisador da Faculdade de Letras e Humanidades da Universidade Licungo – Moçambique. Doutorando em Educação na Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil

E-mail: mmmualaca@hotmail.com